

EXAME DE ORDEM 02/2007

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

TURNO MANHÃ

QUESTÕES PRÁTICAS

Área de Opção: Direito Penal e Processual Penal

Instruções

1. Observe que **não** é permitido o uso de corretivo líquido ou borracha.
2. Evite formular perguntas após o início da prova. O entendimento da questão faz parte da avaliação.
3. **Não aponha sua assinatura no corpo das folhas de respostas nem coloque qualquer sinal de identificação.**
4. Não se retire da sala antes de transcorridas **2 horas** do início da prova.
5. Devolva, ao término da prova, **o caderno de questões e as folhas de rascunho** ao fiscal da sala.
6. Lembre que o tempo de duração da prova é de **4 horas**.
7. Verifique se este caderno contém **05 questões práticas** e se a área de opção está correta. Caso contrário, solicite um novo caderno ao fiscal da sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
8. Responda às questões com letra legível, utilizando caneta de tinta azul ou preta e procurando não ultrapassar os limites propostos.

Observação: Preencha o nome em letra de forma, aponha sua assinatura e seu número de inscrição e indique a cidade de realização da prova. Não faça nenhum sinal identificador em qualquer outro campo deste caderno.

Nome: _____

Assinatura: _____

Nº de Inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

Cidade de Prova: _____

QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01. A foi vítima do crime de tentativa de homicídio supostamente praticado por B. B foi processado criminalmente por ter cometido o delito descrito no art. 121, *caput*, c/c o art. 14, inc. II, ambos do Código Penal, mas restou impronunciado. O Ministério Público, que teve prazo até 21.09.2007 para interposição de recurso, não recorreu da decisão de impronúncia. Na condição de advogado de A, responda:

- a) qual a medida judicial cabível contra a decisão de impronúncia? (até 0,4)
- b) qual o prazo para sua interposição? (até 0,3)
- c) qual o fundamento legal? (até 0,3)

Questão 02. A foi processada pelo crime previsto no art. 124 do Código Penal. Ao final da primeira fase, foi impronunciada pelo juízo. O Ministério Público interpôs, no prazo legal, recurso em sentido estrito. O juízo, então, retratou-se, pronunciando A. Na condição de advogado da ré, responda:

- a) com que medida judicial pode ser impugnada esta decisão? (até 0,4)
- b) em que prazo a medida deve ser proposta? (até 0,3)
- c) qual o fundamento legal? (até 0,3)

Questão 03. João, nascido em 04.11.1979, em Porto Alegre-RS, foi processado pelo crime previsto no art. 157 do Código Penal, por fato ocorrido em 12.12.1997. A denúncia foi recebida em 27.10.1998. A instrução criminal transcorreu normalmente, tendo sido João condenado à pena mínima de 4 anos de reclusão, em sentença publicada em 29.11.2002. A decisão transitou em julgado para a acusação pública em 20.12.2002. João, inconformado, apelou e teve mantida a pena em decisão prolatada em 20.08.2007. Você foi procurado por João, que lhe apresentou a certidão de trânsito em julgado da decisão, datada de 14.09.2007. Diante desta situação, indique:

- a) a medida judicial cabível; (até 0,4)
- b) o juízo competente para recebê-la; (até 0,3)
- c) o fundamento legal. (até 0,3)

Questão 04. A viajava juntamente com seus amigos no carro de sua genitora, B, quando foi solicitado pela Polícia Rodoviária a parar o veículo. A Polícia Rodoviária constatou que os tripulantes transportavam no porta-malas 45 caixas de medicamentos que haviam sido furtadas. O produto e o carro foram apreendidos, e os tripulantes, presos em flagrante delito por receptação, o que restou homologado pelo juízo. B solicitou ao Juiz de Direito a restituição do veículo, já que lhe pertencia, o que foi indeferido após ouvido o Ministério Público, sob o fundamento de que se tratava de instrumento utilizado para a prática do crime. A decisão foi publicada em 21.09.2007. Na condição de advogado de B, responda:

- a) excetuando-se o mandado de segurança, qual a medida judicial cabível? (até 0,4)
- b) qual o prazo para sua interposição? (até 0,3)
- c) qual o fundamento legal? (até 0,3)

Questão 05. Ana, que cumpre pena no regime semi-aberto, teve concedida autorização para saída temporária (visita à família) pelo Magistrado da Vara de Execuções Criminais, consoante o art. 122 da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984). O Diretor da Casa Prisional estabeleceu o prazo de 3 dias para a saída, mas Ana retornou somente após transcorridos 6 dias, alegando que era seu direito, como dispõe o art. 124 da LEP. Foi devidamente instaurado procedimento administrativo disciplinar, constatando-se o cometimento da falta grave (fuga) por Ana, na forma do art. 50, inc. II, da LEP. O Juiz da Vara de Execuções Criminais, após ouvidos o Ministério Público e a Defesa, determinou, em decisão não-fundamentada, a regressão da apenada para o regime fechado, por entender configurada a falta grave. Diante desta situação, responda:

- a) excetuando-se a impetração de *habeas corpus*, qual a medida judicial cabível contra a decisão? (até 0,3)
- b) qual o prazo para sua interposição? (até 0,3)
- c) o que o advogado de Ana pode alegar em seu favor? De que fundamentação legal ele pode se valer? (até 0,4)

Observação: Conforme o artigo 19 do Regulamento do Exame de Ordem 02/2007, a nota final da prova prático-profissional será expressa, em números inteiros, na escala de 0 (zero) a 10 (dez). A cada questão prática será atribuída nota na escala de 0 (zero) a 1 (um) e, à peça processual, nota de 0 (zero) a 5 (cinco). As questões práticas e a peça processual corresponderão ao peso de 50% (cinquenta por cento) cada uma. A nota final da prova será igual ao somatório das notas obtidas nas questões práticas e na peça processual, arredondando-se, se for o caso, para o número inteiro imediatamente superior.